

Decreto põe em xeque dez estatais de saneamento

Levantamento do Valor Data analisou os balanços de 25 companhias estaduais

Por Taís Hirata — De São Paulo

14/07/2021 05h00 · Atualizado há 16 minutos

Régua de sobrevivência

Companhias de saneamento que não atingirem requisitos mínimos terão que abrir mão de contratos

■ Quais empresas cumprem todos os 4 requisitos de capacidade econômico-financeira?

Estado	Companhia	Indicador								Atende aos 4 critérios?
		Índice Grau de endividamento		Índice Retorno sobre Patrimônio Líquido		Índice Margem Líquida sem depreciação		Índice Suficiência de caixa*		
		Mediana	Atende?	Mediana	Atende?	Mediana	Atende?	Mediana	Atende?	
Acre	Depasa*	**	**	**	**	**	**	0,50	Não	Não
Alagoas	Casal	2,24	Não	-2,27	Não	3,86	Não	1,15	Sim	Não
Amapá	Caesa*	1,92	Não	**	**	**	**	0,40	Não	Não
Amazonas	Cosama	0,48	Sim	-28,58	Não	-72,89	Não	0,17	Não	Não
Bahia	Embasa	0,28	Sim	3,36	Sim	18,28	Sim	1,15	Sim	Atende
Ceará	Cagece	0,36	Sim	5,66	Sim	17,60	Sim	1,29	Sim	Atende
Distrito Federal	Caesb	0,60	Sim	2,79	Sim	5,15	Sim	1,00	Sim	Atende
Espírito Santo	Cesan	0,20	Sim	6,97	Sim	28,74	Sim	1,37	Sim	Atende
Goiás	Saneago	0,47	Sim	10,86	Sim	16,22	Sim	1,02	Sim	Atende
Maranhão	Caema	0,71	Sim	-6,30	Não	-5,97	Não	0,64	Não	Não
Mato Grosso do Sul	Sanesul	0,25	Sim	14,35	Sim	22,80	Sim	1,23	Sim	Atende
Minas Gerais	Copasa	0,44	Sim	10,25	Sim	25,68	Sim	1,33	Sim	Atende
Pará	Cosanpa	0,75	Sim	-35,43	Não	-57,11	Não	0,50	Não	Não
Paraíba	Cagepa	0,38	Sim	8,01	Sim	10,38	Sim	1,05	Sim	Atende
Paraná	Sanepar	0,48	Sim	16,75	Sim	25,98	Sim	1,21	Sim	Atende
Pernambuco	Compesa	0,24	Sim	3,54	Sim	15,10	Sim	1,0048***	Sim	Atende
Piauí	Agepisa	1,45	Não	50,95	Sim	-48,63	Não	0,73	Não	Não
Rio de Janeiro	Cedae	0,52	Sim	6,98	Sim	13,99	Sim	1,28	Sim	Atende
Rio G. do Norte	Caern	0,43	Sim	0,97	Sim	8,34	Sim	1,07	Sim	Atende
Rio G. do Sul	Corsan	0,56	Sim	15,79	Sim	15,75	Sim	1,16	Sim	Atende
Rondônia	Caerd	3,32	Não	7,28	Sim	-30,98	Não	0,68	Não	Não
Roraima	Caer	3,06	Não	38,54	Sim	-64,12	Não	0,65	Não	Não
Santa Catarina	Casan	0,63	Sim	2,16	Sim	6,10	Sim			
São Paulo	Sabesp	0,55	Sim	16,96	Sim	31,26	Sim	1,25	Sim	Atende
Sergipe	Deso	0,17	Sim	0,21	Sim	7,23	Sim	0,99	Não	Não

Quais são os 4 indicadores?

- Índice de grau de endividamento inferior ou igual a um passivo circulante + passivo não circulante/ativo total
- Índice de retorno sobre patrimônio líquido superior a zero lucro líquido/patrimônio líquido
- Índice de margem líquida sem depreciação e amortização superior a zero lucro líquido sem depreciação e amortização/receita operacional
- Índice de suficiência de caixa superior a um arrecadação total/despesa de exploração + despesa com juros, encargos e amortização da dívida + despesas fiscais

Como foram calculados?

O Valor Data extrai os dados dos balanços das empresas e calculou os indicadores. Apenas o índice de suficiência de caixa foi tirado diretamente do Snis para todas as companhias, para garantir a padronização da metodologia. No caso da Caesa (AP) e da Depasa (AC), não foram encontrados os balanços, então foram usados os números do Snis disponíveis. A mediana dos 4 indicadores foi calculada a partir dos 5 últimos anos disponíveis. Nos casos em que não foram encontrados os balanços até 2020, foram usados dados dos cinco últimos anos até 2018 ou 2019. Os dados do Snis vão até 2019, mas Compesa (PE) enviou a atualização do dado até 2020

Ao menos dez estatais de saneamento não se enquadram nas exigências da nova lei do setor, segundo levantamento realizado pelo **Valor Data**, com base nas demonstrações contábeis das companhias e dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis). Ao todo, foram analisadas 25 empresas públicas.

Foram identificados problemas nas companhias estaduais de Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Sergipe. A estatal de Santa Catarina também não cumpre um dos requisitos exigidos pela lei, segundo dados oficiais. Porém, a empresa alegou que o cálculo do Snis está errado e apresentou uma conta divergente (*veja mais sobre como foi feito o cálculo no gráfico ao lado*).

Pelas regras da nova lei, todas as companhias terão que provar que têm capacidade econômico-financeira para fazer os investimentos necessários à universalização dos serviços. Aquelas que não atenderem às exigências terão que abrir mão de contratos.

Ou seja, quanto menos estatais cumprirem os requisitos mínimos da lei, mais projetos de desestatização deverão sair.

A comprovação será feita em duas etapas. O **Valor** simulou a primeira fase de avaliação, que consiste na análise de quatro indicadores. Depois, há ainda uma segunda fase, mais complexa, na qual as empresas terão que apresentar estudos de viabilidade para cada contrato, planos de captação de recursos, além de laudos de um certificador independente. Portanto, o total de grupos com dificuldades pode ser ainda maior na segunda fase.

Os critérios de avaliação foram definidos pelo governo federal por meio de um decreto, publicado no dia 31 de maio de 2020.

Desde então, os critérios têm sido questionados pelas estatais, que consideram o processo rígido e falho. O prazo para a entrega dos documentos, até o fim deste ano, também é criticado. O argumento é que o próprio governo atrasou em meses a publicação da norma e, agora, cobra estudos complexos em um prazo exíguo.

Logo após a publicação das regras, a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe) reagiu com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal

Federal (STF). Além desta, outras investidas judiciais deverão ser tomadas.

O **Valor** procurou todas as estatais que indicaram não cumprir os requisitos do decreto e compartilhou os dados, para que pudessem apontar questionamentos ou enviar atualizações.

A principal divergência foi no caso da Casan (SC). Segundo os dados oficiais, a empresa não atende o índice de suficiência de caixa. Já a empresa afirma que o Snis errou no cálculo, pois contabiliza uma amortização de dívida que foi paga com uma emissão de debêntures. Para o grupo, trata-se de uma substituição de dívida que não deveria entrar na conta.

Pelos dados do Snis, que vão até 2019, a Compesa (PE) também não atenderia ao índice de suficiência de caixa. Porém, o grupo enviou o dado mais recente, de 2020, e passou a atingir a meta.

A Agespisa (PI) afirmou, em nota, que “tem condições de atender às exigências” e que acredita que a ação judicial movida pela Aesbe “vai clarear pontos da nova legislação”. A Cosanpa (PA) diz que a atual gestão tem investido mais de R\$ 1 bilhão para “reverter a situação deixada por governos passados” e que cumprirá a implementação dos requisitos. A Cosama (AM) também afirma que a atual gestão trabalha para a recuperação da empresa após “uma administração que ocasionou um déficit” no grupo.

A Caema (MA) diz que está realizando estudos “para enfrentamento e adaptação ao novo cenário”. A Caer (RR) afirma que deixará de ser uma companhia estadual a passará a pertencer a uma autarquia interfederativa, que será a titular dos serviços. Portanto, não terá que se enquadrar nos critérios da lei, segundo a empresa.

Procuradas, Depasa (AC), Casal (AL), Caesa (AP), Caerd (RO), e Deso (SE) não responderam.

Para Maurício Endo, sócio da KPMG, a reestruturação das estatais deverá passar pela desestatização. “Será muito difícil fazer a universalização sem recursos privados. O caixa dos governos já era um problema, que se tornou ainda maior na pandemia”, afirma.

Parte das companhias mais problemáticas já têm projetos de desestatização em curso. É o caso de Alagoas, que já licitou um bloco regional em 2020 e agora trabalha em mais duas concessões. O Amapá deverá realizar o leilão de sua concessão no dia 2 de setembro. O Acre tem estudos avançados para um projeto. Porém, este foi paralisado no início do ano, porque o novo prefeito de Rio Branco retirou a capital do bloco.

Para Elias de Souza, sócio da Deloitte, os Estados que ainda não começaram a estruturar concessões dificilmente lançarão projetos até o fim deste ano. Portanto, terão que achar outras saídas para se adequar ao decreto. “Muitos governos optaram por fortalecer a estatal. Para isso, é preciso melhorar a governança, a gestão e ampliar as fontes de recursos”, completa Edson Cedraz, também sócio da consultoria.

O resultado do processo deverá ser a crescente participação privada no saneamento, afirma Endo. “Será algo parecido com o telecomunicações e energia. Algumas estatais vão sobreviver. Mas, em dez anos, a participação privada já deve superar a pública.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Jovem de São Paulo viraliza na web com seus truques para queimar gordura localizada!

DR. ZERO PESO

Clique Aqui

LINK PATROCINADO

Uma carta do Diabo escrita por uma freira possuída em 1676 foi traduzida

REST WOW

LINK PATROCINADO

Essa joelheira irá transformar o seu joelho de volta ao que ele era!

JOELIFE

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Lista de filmes de terror que traumatizaram o público

ARTICLES STONE

LINK PATROCINADO

Bota Caterpillar em couro legítimo

TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

Sandália mais macia do mundo vira febre em São Paulo

SANDÁLIA CONFORTAX

Comentários

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os **termos de uso**, denuncie. Leia as **perguntas mais frequentes** para saber o que é impróprio ou ilegal.

Acesse sua Conta Globo e participe da conversa

Entre e Participe da Conversa

Mais novos



.

Mais do Valor **Econômico**



Tecnologia pavimenta 'revolução' no câmbio

Nova regulação e inovações devem simplificar transações

14/07/2021 05:01 — Em Finanças

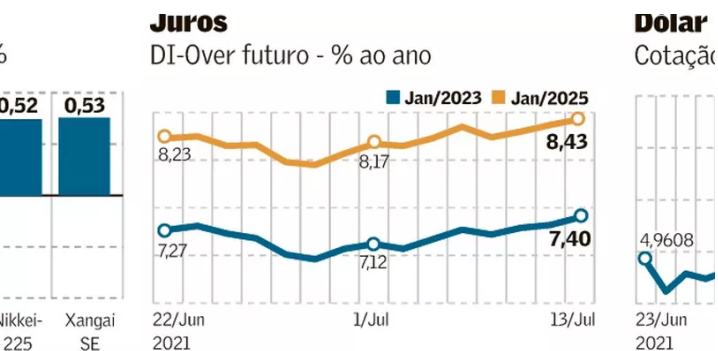
Registro de recebíveis derrapa na implantação

Após um mês, novo sistema para facilitar crédito garantido por pagamentos com cartões ainda esbarra em dificuldades

14/07/2021 05:01 — Em Finanças

Destaques

14/07/2021 05:01 — Em Finanças



Mudança na reforma traz alívio ao Ibovespa

Índice recupera os 128 mil pontos; dólar e juros avançam após surpresa com inflação nos EUA

14/07/2021 05:01 — Em Finanças

CBA, do grupo Votorantim, emplaca IPO e chega à B3 valendo R\$ 6,7 bi

Companhia captou R\$ 1,6 bilhão; na Nasdaq, brasileira Zenvia terá âncora

14/07/2021 05:01 — Em Finanças

Inflação alta e leilão fraco pressionam as taxas dos Treasuries

O Dow Jones encerrou o pregão em queda de 0,31%, aos 34.888,79 pontos

14/07/2021 05:01 — Em Finanças

Expectativa de afrouxamento monetário na China divide mercado

Na terça-feira, o PBOC disse em coletiva de imprensa que o corte da taxa de reservas foi apenas uma medida

14/07/2021 05:01 — Em Finanças

Goldman e J.P. ganham com 'boom' de fusões e IPOs

Negócios com bônus e ações perdem força após atingir pico durante a pandemia, Negócios com bônus e ações perdem força após atingir pico

14/07/2021 05:01 — Em Finanças